

## **Estatais federais cortaram 26 mil funcionários até setembro**

Por Fábio Pupo e Edna Simão |  
De Brasília

As estatais federais enxugaram este ano até setembro 26,3 mil funcionários e, segundo o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Soares, devem encerrar o ano com um corte total de 33 mil. Segundo Soares, e o governo tem feito um enxugamento no tamanho de pessoal dessas empresas, que devem "muito provavelmente" encerrar 2017 com menos de 500 mil empregados. "Isso é plenamente factível se realizar", frisou. No fim de setembro, as empresas estatais federais tinham 506,8 mil empregados. No fim de 2016, esse número correspondia a 533,1 mil - redução ocorrida principalmente por programas de demissão voluntária.

O secretário ainda afirmou que o governo tem procurado eliminar estatais. O número caiu de 154 em maio de 2016 para 149 empresas em setembro deste ano. "A redução está em linha com todo o cenário fiscal que estamos enfrentando. Um ajustamento do tamanho do Estado acaba sendo necessário", afirmou.

Segundo ele, especificamente na

Petrobras a redução atende também ao objetivo de enxugar a participação da empresa em atividades não essenciais. "Estamos reduzindo um número interessante na Petrobras. A ideia é que a empresa se mova para as áreas foco de atuação, que é exploração de petróleo e gás natural e refino. Então, nada mais natural do que a redução do número de subsidiárias na Petrobras", disse.

Ele afirma que não há uma meta para a redução do número de estatais e que a preocupação do ministério não é apenas fiscal. Uma das questões a serem consideradas, exemplificou, é a análise sobre a necessidade da atuação estatal em mercados já ocupados pela iniciativa privada. "A atuação é em um mercado suficientemente desenvolvido? Se sim, podemos pensar em outro mecanismo", afirmou.

O lucro líquido de oito estatais federais chegou a R\$ 23,2 bilhões ao fim de setembro, o que representa um crescimento de 167% em relação a um ano antes. Os números consideram apenas as que publicam resultados trimestrais. Estão incluídas na análise os grupos Petrobras, Eletrobras, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES), BNDESPar, Banco do Brasil, BB Seguridade, Caixa e Caixa Seguridade. A principal evolução foi do grupo Petrobras, que saiu de prejuízo de R\$ 15,8 bilhões nos primeiros nove meses do ano passado para lucro de R\$ 5,7 bilhões neste ano.

O secretário também afirmou que as seis distribuidoras do grupo Eletrobras têm previsão de serem vendidas até abril do próximo ano. Apesar disso, ele sinalizou que o processo pode atrasar. "O conselho de administração pediu um tempo a mais para analisar [a venda das distribuidoras]. É uma operação que envolve recursos de bastante montante. E a ideia é leilão em abril do próximo ano, mas atrasar esse tipo de processo infelizmente é a regra", afirmou.

As distribuidoras da Eletrobras a serem vendidas ficam nas regiões Norte e Nordeste e são deficitárias, segundo o BNDES. O leilão oferecerá ao mercado a Boa Vista Energia, de Roraima, a Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), a Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), a Companhia Energética de Alagoas (Ceal); a Companhia Energética do Piauí (Cepisa) e a Amazonas Distribuidora de Energia.

## O centro e as reformas

*Fabio Giambiagi*

Minha juventude coincidiu com os últimos anos do governo militar, encerrado em 1985. No contexto da radicalização própria da idade, combinado com as circunstâncias da época, minhas primeiras incursões como cidadão no terreno da política se deram flertando com a ideia de uma “ruptura”, um momento a partir do qual o “antigo regime” seria substituído por um novo, livre das mazelas do anterior.

Com o amadurecimento propiciado pela idade e refletindo acerca daqueles mesmos anos, influenciado por aqueles que me guiaram nos primeiros passos nessa dura caminhada do aprendizado dos limites impostos pela realidade, fui entendendo que a conquista do centro era essencial para sustentar os avanços, tanto políticos, quanto econômicos e sociais do país. Convido o leitor à seguinte reflexão.

Quais foram os principais progressos do país nas últimas três a quatro décadas? Creio que ninguém hesitaria em apontar quais tenham sido: 1 a reconquista da democracia nos anos 80; 1 a estabilização da economia no governo Fernando Henrique (FH); e 1 os avanços sociais, com redução da desigualdade e da pobreza, observados inicialmente nos anos FH e aprofundados nos anos de governo de Lula. Em todos os casos, tais situações resultaram da ação decisiva do centro político.

Na redemocratização, ela foi simbolizada pela figura de Tancredo Neves — a expressão do centro por excelência — e pela aliança formada pelas lideranças do antigo MDB com os dissidentes da ex-Arena, o partido oficial na época dos militares.

Na redemocratização, o papel do centro foi vital na aliança entre o PSDB e o antigo PFL, em função das sábias palavras de FH, ditas ainda em campanha, ciente do potencial eleitoral do Plano Real mas, como ex-parlamentar, plenamente consciente da necessidade de ter uma coalização legislativa que desse sustentação às reformas que preconizava: “Eu posso me eleger sem o PFL, mas não conseguirei governar sem ele”.

No governo Lula, o papel do centro esteve representado pela versão “Lulinha Paz e Amor” do então candidato Lula, procurando a associação com quem veio a ser seu Vice-Presidente (o líder empresarial José Alencar) e pela famosa “Carta aos Brasileiros” de 2002, com o que ganhou a adesão de frações importantes do establishment e da classe média.

Não estou tratando aqui das óbvias degenerações de nossa democracia imperfeita nem dos métodos non sanctos que, sabemos todos, foram empregados diversas vezes na História do país. Estou apenas fazendo uma constatação.

Que é, de resto, comum a outras experiências históricas, com destaque para o papel decisivo de Adolfo Suárez na transição política espanhola ou de Frederic De Klerk no fim do apartheid na África do Sul.

Está claro para todos que o país precisa deixar para trás as mazelas herdadas da Nova República e as práticas políticas que temos arrastado como parte de nosso vetusto “presidencialismo de coalizão”.

A questão é que, da mesma forma que o fim do governo militar no Brasil se beneficiou da adesão de quem era sócio do regime até a véspera do seu óbito e que — mal comparando, por serem processos históricos diferentes — Mandela manteve parte da burocracia que tinha acompanhado o apartheid durante décadas, será muito difícil avançar sem a presença parcial, nas forças renovadoras, de uma parte dos grupos que estiveram associados ao estágio que se deseja superar.

É neste ponto que vale lembrar o que aconteceu na eleição para prefeito no Rio de Janeiro em 2016, quando três candidatos de perfil bastante assemelhado — Índio da Costa, Carlos Osorio e Pedro Paulo — dividiram um eleitorado de configuração muito parecida em partes muito próximas entre si.

Propiciaram, assim, as condições para que uma parcela relevante do





eleitorado não se sentisse representada pelas opções eleitorais que passaram para o segundo turno, numa rara combinação de imperícia conjunta dos partidos associados àquelas três candidaturas.

O paralelo com a cena nacional é claro. Há um espaço aberto para que um candidato de centro se imponha à polarização e dê sequência às reformas econômicas que têm sido implantadas no país desde 2016. Sem que o centro esteja coeso, porém, as chances de repetição a nível nacional de um evento como o do Rio em 2016 são muito elevadas.

Fabio Giambiagi é economista

## Governo tenta avançar em acordo com partidos para aprovar Previdência

Cartada final. Estratégia governista é conseguir que pelo menos seis siglas da base aliada obriguem seus parlamentares a votar pela aprovação da reforma previdenciária; presidentes de partidos propõem um ‘pacto’ envolvendo a distribuição do fundo eleitoral

Igor Gadelha

Como última cartada para aprovar a reforma da Previdência ainda este ano, o governo trabalha para que pelo menos seis partidos da base aliada obriguem seus parlamentares a votar a favor do texto. Isso garantiria os votos de 219 deputados do PMDB, PSDB, DEM, PRB, PP e PTB. A maioria das siglas, no entanto, avalia que isso só será possível se o PMDB, legenda do presidente Michel Temer, e o PSDB tomarem a dianteira.

A articulação do governo em torno dos partidos indica uma mudança de estratégia na reta final para colocar a reforma em votação no Congresso ainda este ano. Em vez de negociar voto a voto, a equipe política busca um compromisso mais firme dos comandos dos partidos para amarrar o apoio dos seus

parlamentares.

No jargão político, o que se quer é que os partidos “fechem questão” sobre o assunto. Isso significa que a decisão precisa ser tomada pela maioria da executiva nacional do partido. Quando isso acontece, parlamentares que votarem de forma diferente ao que determinou a direção podem ser punidos até mesmo com a expulsão.

Presidentes de partidos também propuseram um “pacto” envolvendo a distribuição do fundo eleitoral e a janela para mudança de partido sem risco de perda de mandato. A ideia é repassar mais recursos do fundo para deputados mais fiéis ao governo e que as siglas não aceitem deputados que votassem contra a reforma.

A sugestão foi apresentada pelo presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, mas enfrenta resistência de partidos como o DEM, que planeja aumentar sua bancada na Câmara em pelo menos nove deputados. Ontem, o PTB divulgou carta pública na qual afirma que orientará sua bancada a votar a favor da reforma. Para passar no plenário da Câmara, são necessários 308 votos em cada um

dos dois turnos de votação.

O governo espera que a proposta seja votada na próxima semana, mas só levará a plenário se tiver 320 a 330 votos garantidos. “Hoje não temos nem 300 votos”, admite Beto Mansur (PRB-SP), vice-líder do governo na Casa. Ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse no Rio que o acordo do governo com os líderes no fim de semana pode garantir 330 votos a favor da reforma.

“No sábado eu estava pessimista, mas agora estou realista”, afirmou. Temer se reuniu com os presidentes dos partidos e líderes no fim de semana para fazer um apelo pela reforma em troca de apoio do governo nas campanhas eleitorais em alianças e com recursos.

Os encontros melhoraram o humor dos deputados sobre a viabilidade de aprovar o texto ainda em 2017. Ainda assim, integrantes da base, como PR (37 deputados), PSD (38 deputados) e SD (14 deputados), já informaram que não fecharão questão.

COLABOROU ROBERTA JANSEN, DO RIO

Eliseu Padilha

## ‘Municípios terão R\$ 3 bi se reforma for aprovada’

Segundo ministro, governo conta com articulação dos prefeitos com parlamentares para votar Previdência

Carla Araújo  
Felipe Frazão

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, condicionou liberação de R\$ 3 bilhões para os prefeitos em 2018 à aprovação da reforma da Previdência. “Se a reforma não for aprovada este ano, esse dinheiro não existe”, disse ao Estadão/Broadcast. O governo conta com os administradores municipais para pressionarem os deputados a aprovar o texto no Congresso.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

***O governo sinalizou com mais recursos aos municípios caso a reforma da Previdência seja aprovada, de onde virá esse dinheiro?***

Com a aprovação da reforma da Previdência, projetamos condições melhores de arrecadação, teremos melhorado a situação das contas públicas. O presidente Michel Temer quer no curso do ano que vem fortalecer ainda mais o chamado pacto federativo. Ele está pensando em

conseguir um recurso extra para os municípios, em torno de R\$ 3 bilhões.

***Esse dinheiro é além dos R\$ 2 bilhões já liberados?***

Neste fim de ano, ele deu R\$ 2 bilhões que vão ser acrescentados ao Fundo de Participação dos Municípios. Os R\$ 3 bilhões são para investimentos que serão viabilizados em 2018. Iniciado o ano, começam as tratativas. Deputados e senadores vão ser os interlocutores. Serão recursos destinados aos municípios por via dos parlamentares. Para os prefeitos conversarem com o parlamentar. A ideia é que eles façam mobilização, conversem com seus parlamentares e se aprovar a reforma da Previdência, ano que vem o governo fará esse repasse para os municípios.

***Depois desse acordo os prefeitos acenaram com manifestações a favor da reforma?***

Uma vez marcada a data pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, os prefeitos estarão aqui um dia antes para fazer todo proselitismo possível em favor da reforma da Previdência.

***Mas de onde viriam esses***

***recursos?***

Se nós tivermos a reforma da Previdência este ano, ainda teríamos de trabalhar no orçamento até o fim do ano.

***E se não aprovar esse ano?***

(Esse recursos) não existem.

***Nas negociações pela reforma ainda há insatisfação na base aliada por demandas de cargos e emendas. Como isso está sendo tratado?***

Acho que agora não é mais questão de cargos, emendas, essas questões estão superadas. Agora é uma questão de convencimento. A reforma é absolutamente indispensável para o Brasil. A reforma é um processo Robin Wood, se corta processo de transferência de renda dos mais pobres para os que estão mais abastados.

***Por que deputados da base alegam pressão eleitoral para não votar a reforma da Previdência?***

Os segmentos que se organizam são os privilegiados. O Zé, o João e a Maria nem sabem que a discussão está acontecendo aqui. Essa discussão da Previdência é





feita de forma crítica por parte de quem não quer perder privilégio, é óbvio.

***Houve erro de comunicação?***

Na guerra da comunicação, no início do processo, houve mais atividade por parte da oposição, de quem é contra a reforma. Foram mais eficazes e criaram esse convencimento sobre fatos irreais. Só o privilegiado é contra a reforma da Previdência, o trabalhador não tem por que ser contra, ele não é atingido de nenhuma forma.

***O governo já discutiu o cenário de passar no Congresso apenas a idade mínima?***

Isso nunca foi discutido. A idade mínima é importante, sim, mas essa questão de igualar os

regimes para todos é mais importante do ponto de vista fiscal. O que se busca com essa reforma é ter um equilíbrio fiscal daqui a um tempo, ter previsibilidade de equilíbrio. A reforma tem como pressuposto acabar com um processo injusto de concentração de renda que enriquece os privilegiados.

***É possível votar os dois turnos esse ano?***

Na Câmara, o presidente Rodrigo Maia, se for possível, quer votar os dois turnos. A reunião de anteontem levantou muito o astral favorável à aprovação este ano. A reforma está no nosso radar até o último dia de governo. Não tem desistência. Queremos votá-la o mais rápido possível e o mais rápido possível é agora, este ano. Nós vamos insistir.

## Governo diz que rejeição à reforma caiu

Pesquisa encomendada ao Ibope mostra que 46% dos brasileiros são contra alterações na Previdência, mas em abril essa taxa era de 61%

Carla Araújo  
Daiene Cardoso / BRASÍLIA

No trabalho de convencimento que o presidente Michel Temer tenta fazer em torno da reforma da Previdência, além de mostrar estimativas ruins para a economia caso a reforma não seja aprovada, o governo tem em mãos dados de uma pesquisa encomendada ao Ibope que aponta uma queda na rejeição da população em relação às mudanças na aposentadoria.

O Estadão/Broadcast teve acesso aos dados da pesquisa que ouviu 1.200 pessoas em novembro e constatou que 46% dos brasileiros são contrários à reforma. Em abril, o número era de 61%. O levantamento mostrou ainda que, no mesmo período (de abril para novembro), subiu de 14% para 18% a parcela dos que são a favor da reforma. Além disso, subiu de 24% para 33% aqueles que não sabem ou não têm opinião formada.

A avaliação de auxiliares do presidente é que finalmente a "batalha da comunicação"

começou a melhorar e o governo agora tem dados para contrapor o argumento de parlamentares de que a reforma é prejudicial para o desempenho eleitoral dos políticos.

O levantamento, realizado por telefone, traz ainda outro dado que o governo pretende explorar no esforço de convencimento.

Quando o pesquisador informa aos ouvintes que a reforma "não vai mexer na aposentadoria rural", "não tira direitos adquiridos" e também não mexe em benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas de baixa renda, a aceitação ao texto sobe. Neste cenário, o total de pessoas a favor sobe de 18% para 26%. Os contrários caem de 46% para 30% e os que não sabem cresce de 33% para 42%. Segundo um auxiliar do presidente, essa parcela que ainda não consegue decidir se é a favor ou contra o texto precisa ser atingida. "A resistência cai muito com as informações que estamos passando, por isso estamos e vamos explorar cada vez mais esse discurso", disse um interlocutor.

O "combate aos privilégios" é o mote da campanha lançada pelo governo no dia 17 de novembro. Nesta primeira fase da campanha

já foram gastos cerca de R\$ 25 milhões.

O governo já tem separado outros R\$ 72 milhões para a publicidade e boa parte do recurso deve turbinar a campanha da Previdência, principalmente na TV, onde boa parte das pessoas ainda se informa.

Economia e eleições. Os argumentos usados por governistas também incluem prognósticos ruins para o cenário eleitoral caso a reforma não avance. No jantar promovido no domingo, a equipe econômica usou como argumento a perspectiva de consolidação do crescimento a partir de junho de 2018, justamente no período eleitoral. A narrativa foi de que, sem a reforma, o cenário para o próximo ano será de "aperto" e os governistas não terão o que mostrar no palanque porque não haverá recursos para investimentos.

Líderes partidários saíram do encontro convictos de que, se não houver um sinal positivo para o mercado sobre o andamento das reformas, todo esforço de ajuste do governo estará perdido. A equipe econômica fez projeções e mostrou os efeitos negativos para o País se a reforma não avançar, o que inclui rebaixamento de nota das





agências de classificação de risco e falta de investimentos. "O mercado tem reagido positivamente à agenda de reformas e os efeitos são paulatinos, mas isso tem um prazo para isso se consolidar. A ruptura disso, ou seja, não votar, no mercado, o efeito é imediato", resumiu o líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Os governistas fizeram um pacto de não divulgar mais o número exato de votos favoráveis para aprovação da PEC, mas o líder governista admitiu que ainda não há sequer 205 dos 308 apoios necessários para aprovar a

proposta em dois turnos. "Não tem como mudar (voto) do dia para a noite. Não é mágica, é uma construção que tem que se fazer", afirmou o parlamentar. A mobilização será feita até a próxima quinta-feira, 7, e, se houver votos, a votação do primeiro turno ficará para a semana seguinte.

A estratégia, segundo o deputado Beto Mansur (PRB-SP), é não fazer mais nenhuma alteração na última versão do texto apresentada há duas semanas pelo relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), deixando a negociação para o plenário



## Expectativa de avanços na Previdência anima investidor

Depois de uma semana pessimista, mercado voltou a acreditar na aprovação da reforma ainda este ano

Douglas Gavras

A possibilidade de avanço na reforma da Previdência souu bem entre investidores do mercado financeiro ontem. A Bolsa teve um dia de otimismo cauteloso, após o encontro, no domingo, em que o presidente Michel Temer propôs um pacto com parlamentares para aprovar a proposta. O Ibovespa fechou em alta de 1,14%, aos 73.090,17 pontos. O dólar à vista fechou em queda de 0,28%, a R\$ 3,245.

Segundo analistas, o mercado recobrou parte das expectativas que tinha perdido com a reforma da Previdência, mesmo que a janela para a aprovação do texto ainda este ano pelos parlamentares seja estreita.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ajudou a alimentar essas expectativas. Ele disse que no último sábado estava pessimista quanto à chance de votação da reforma na semana que vem, mas que passou a ser "realista" após a reunião de Temer com aliados.

Maia se arriscou a citar números e afirmou que, em

princípio, haveria 325 votos a favor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Previdência, contando com deputados da oposição favoráveis à proposta. "O governo precisa trabalhar a base e esses partidos para que a gente possa ter 330 deputados."

Para o economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito, o otimismo do mercado faz todo o sentido, dado que até recentemente havia uma perspectiva de que a reforma estava "fazendo água" e de que o governo não tinha mais tempo ou forças suficientes para a aprovação da proposta. "O mercado sempre procura novas notícias positivas. Ainda que saiba que uma reforma a essa altura não iria além de uma versão desidratada, o que vier é lucro."

O economista da XP Investimentos Gustavo Cruz concorda que o mercado vê com bons olhos as investidas do governo. "As agências de classificação de risco também sinalizaram que podem diminuir as notas do País, caso nada seja feito na Previdência (leia mais abaixo). Qualquer sinal positivo pesa."

Nesse cenário, ficaram entre os principais destaques na Bolsa os papéis da Vale, da Bradespar e das siderúrgicas. Elas reagiram à alta

de 3,67% do minério de ferro no mercado à vista chinês. Vale ON teve ganho de 3,80%, enquanto Gerdau Metalúrgica PN avançou 4,93% e Gerdau PN ganhou 2,17%. No setor financeiro, Santander Brasil (units) subiu 3,69%, seguida por Banco do Brasil ON (2,44%) e Bradesco PN (+1,72%). Lá fora, o humor também é favorável após o Senado americano aprovar uma ampla reforma tributária – boa notícia para o presidente Donald Trump.

Precaução. Apesar da alta significativa do Ibovespa, analistas ouvidos pelo Broadcast/Estadão consideram que o avanço, em sua essência, foi uma recomposição de posições, depois da queda de mais de 3% em novembro, e mesmo com a sensação de que o governo tem se esforçado para votar a Previdência, a palavra de ordem é cautela.

Fabio Silveira, da Macrosector, lembra que pesa o resultado do PIB do terceiro trimestre, de alta de 0,1%, divulgado na última sexta-feira. "O investidor mais experiente nem conta tanto com a Previdência, mas sente que a economia está bem encaminhada e que já está dado que 2018 será de crescimento mais robusto, ao menos até o primeiro semestre." / COLABORARAM PAULADIAS e NATÁLIA FLACH





## CAUTELA

### Dólar

EM REAIS



FONTE: BROADCAST

### Bovespa

EM NÚMERO DE PONTOS



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

## Para S&P, janela de oportunidade está se fechando

Executivo da agência de classificação de risco diz que aprovar reforma da Previdência é vital para enfrentar a crise fiscal

Vinicius Neder / RIO

As atenções da agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P), ao analisar a nota do Brasil nos próximos meses, estão voltadas para as questões domésticas porque a origem da crise de endividamento vivida pelo País vem de problemas fiscais, assim como ocorreu com a Grécia. Segundo o executivo chefe global de ratings soberanos da S&P, Moritz Kraemer, a reforma da Previdência seria um primeiro passo na direção de enfrentar a crise fiscal, percurso que exigirá várias reformas ao longo de vários anos, passando por mais de um governo.

"Se você tem um longo caminho a percorrer, é melhor começar mais cedo, pois assim você saberá que chegará a tempo", afirmou

Kraemer ao Estado, após participar de um seminário ontem na Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio.

Entre as reformas, o executivo destacou a previdenciária. "Ela terá um importante efeito de sinalização. Se você não pode dar o primeiro passo, que confiança teremos? Se o Brasil não tomar esse caminho, o teto de gastos é inatingível", disse Kraemer.

Prazos. O último relatório da S&P sobre o Brasil foi divulgado em agosto, quando a agência reafirmou a nota BB, com perspectiva negativa. Segundo Kraemer, o documento alertava que um novo rebaixamento poderia ser decidido no prazo de seis a nove meses. De lá para cá, se passaram "três ou quatro meses" e a "janela de oportunidade" para a aprovação da reforma da Previdência está se fechando, diante do ano eleitoral em 2018. "Se não virmos nenhum sinal de

que as instituições são capazes de fazer uma coalizão em torno de um projeto de reforma pelo bem do País no longo prazo, podemos reavaliar nossa visão", afirmou Kraemer.

Normalmente, lembrou o executivo, crises de endividamento são associadas a problemas na balança de pagamentos. Foi assim, disse, em outras crises. Uma das poucas exceções foi a Grécia, onde o déficit das contas públicas foi o gatilho: "Embora a Grécia tivesse um grande desequilíbrio externo, o gatilho real para investidores perderem sua fé foi quando o déficit foi subindo e subindo até que ele fosse duas vezes maior do que o esperado."

Para o executivo, embora a atual crise do Brasil também tenha origem fiscal, é muito diferente porque o lado externo está bom: "Mas o lado fiscal está bastante abaixo da média. Esse é o real calcanhar de Aquiles."

## SETOR PÚBLICO »

### Estatais precisam cortar mais

*As 149 companhias da União passaram de 533 mil funcionários em maio para 506,8 mil. Governo quer total em menos de 500 mil até o fim do ano, por meio de PDVs. Para especialistas, redução do peso dessas empresas deveria ser mais veloz*

ROSANA HESSEL



Castello Branco afirma que tamanho exagerado favorece a corrupção

O governo pretende encerrar o ano com menos de 500 mil funcionários nas 149 empresas estatais federais em operação atualmente. Conforme dados do 4º Boletim das Empresas Estatais Federais, divulgado ontem pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento, até setembro, havia 506,8 mil integrantes do efetivo das companhias sob o controle direto ou indireto da União. É o menor patamar desde dezembro de 2011, quando havia 515,1 mil

empregados, mas ainda está acima dos 497 mil de 2010.

“Terminar 2017 com menos de 500 mil funcionários é plenamente factível”, garantiu o secretário da Sest Fernando Antônio Soares, ontem, durante a apresentação do boletim, na sede da pasta. “Em maio, quando tínhamos 533 mil funcionários nas estatais, a nossa previsão era encerrar o ano com 513 mil, mas hoje já estamos com 506,8 mil e ainda temos PDVs (Programa de Desligamento Voluntário) em curso, que serão reabertos. Vamos dobrar a meta inicial (de 20 mil para o ano)”, afirmou.

Segundo Soares, faltam ser contabilizados os resultados de vários PDVs abertos neste ano, como o da Casa da Moeda, o da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), o da Dataprev, o da Valec e o da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTE). O PDV da Eletrobras teve a adesão de apenas 668 empregados até outubro. O dos Correios foi reaberto neste ano e, até o mês passado, havia registrado a saída de 6,2 mil pessoas. “O PDV da Infraero, iniciado em 2015, é contínuo e faz o quadro da empresa cair de 14 mil para 10 mil empregados”, disse.

De acordo com o secretário, em relação a 2015, quando havia 550,2 mil funcionários, a redução foi de 7,9%, o equivalente a 43,4 mil

pessoas. No boletim do segundo trimestre, as estatais eram 150, incluindo a Indústria Carboquímica Catarinense SA (ICC), subsidiária da Petrobras, que foi liquidada em assembleia no início de setembro. “Redução de custos, aumento de produtividade das estatais. É isso que buscamos”, frisou o secretário, sem revelar qual é a meta para o total de estatais federais.

Especialistas defendem a redução do número de estatais como forma de limitar o tamanho do estado e de melhorar a gestão dessas empresas. “O ideal é desestatizá-las, como o governo vem sinalizando para reduzir os gastos da União. O problema é que isso vai demorar muito, porque o processo de privatização é demorado. Esse governo conseguirá menos do que está propondo. Mas o ideal seria privatizar o maior número possível”, avaliou o economista Juan Jensen, sócio da 4E Consultoria.

O secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, vê na privatização das estatais uma das saídas para a crise fiscal porque, além de empregar mais de 500 mil servidores, elas movimentam R\$ 1,3 trilhão de recursos da União, o “equivalente ao PIB da Argentina”. “As estatais são a Disneylândia dos corruptos. Estão em quase todos os escândalos que vivenciamos como o dos Correios e o da Petrobras”, criticou ele, acrescentando que





“existe uma falência completa do controle”.

“A nova lei das estatais não vai impedir indicações políticas porque, infelizmente, os funcionários de carreira é que foram cooptados nesses casos de corrupção devido à falta de transparência dessas empresas”, alertou. De acordo com o chefe da Sest, o processo para a privatização de seis distribuidoras de energia da Eletrobras no Norte e no Nordeste que estava previsto para este último bimestre do ano não será realizado. “O Conselho de Administração pediu mais tempo para analisar as propostas. A previsão é que os leilões ocorram em abril de 2018”, afirmou ele, acrescentando que “é normal” esse tipo de atraso, porque existem muitos detalhes a serem definidos antes de as empresas irem a leilão.

Soares reforçou que um dos principais PDVs mais recentes, o da Eletrobras, teve 80% do público esperado de adesão, e lembrou que “está avançando” o Projeto de Lei para a privatização da companhia por meio do aumento de capital, sem a participação da União, diluindo o controle e eliminando o regime de cotas.

### **Eletrobras**

Para o economista Juan Jensen, da 4E, o modelo proposto pelo MME para que a desestatização da Eletrobras seja feita em moldes parecidos ao da Vale pode ser positivo. “Esse processo será mais rápido ao diluir o controle da estatal no mercado, ainda que o governo fique com poder de veto em várias questões. A União deixa de ser a controladora e isso poderá gerar mais eficiência na gestão da companhia”, destacou.

## **» Enxugamento**

Governo prevê encerrar o ano com menos de 500 mil funcionários nas empresas estatais

### **Quadro de pessoal de todas as estatais**

2010	497.613
2011	515.139
2012	538.166
2013	549.536
2014	552.956
2015	550.208
2016	533.188
2017*	506.852

\*até setembro

## Menos investimentos

A rentabilidade das estatais vem melhorando desde a mudança de governo, mas parte disso se deve à redução de investimentos, de acordo com o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento, Fernando Antônio Soares. Entre janeiro e setembro deste ano, os investimentos executados responderam a apenas 37,4% dos R\$ 91,5 bilhões previstos para o ano, R\$ 34,3 bilhões.

Em 2016, em plena recessão e desarranjo das contas públicas, que tiveram rombo recorde de pouco mais de R\$ 160 bilhões, as estatais investiram 54,3% dos R\$ 76,2 bilhões orçados. Soares reconheceu que essa redução de investimento também ajudou na diminuição das dívidas dessas empresas. Conforme dados do boletim da Sest, o endividamento total passou de R\$ 544 bilhões, em 2015, para R\$ 409 bilhões em setembro, um recuo de 24,8%.

Entre janeiro e setembro, o lucro líquido de oito grupos de empresas públicas nacionais somou R\$ 23,2 bilhões, valor 167,2% superior aos R\$ 9 bilhões registrados no mesmo período de 2016, conforme dados do boletim da Sest. Essa conta considera os resultados de Petrobras, Eletrobras, grupo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), BNDESpar, Banco do Brasil, BB Seguridade, Caixa Econômica Federal e Caixa Seguridade. Essa volta ao azul fez as estatais elevarem o pagamento de dividendos aos acionistas de para R\$ 3,7 bilhões, no ano passado, para R\$ 6,1 bilhões, até setembro deste ano.

As 18 empresas dependentes de recursos do Tesouro Nacional consumiram, até setembro, R\$ 12,7 bilhões dos R\$ 19 bilhões a R\$ 20 bilhões previstos para o ano. O secretário disse que o Orçamento de 2018 prevê o mesmo montante para essas companhias. (RH)